

## O Conservadorismo Contábil e o Valor de Mercado

Autoria: Luciene Laurett Rangel, Aridelmo José Campanharo Teixeira

### Resumo

Este artigo tem por objetivo buscar evidências empíricas da prática do princípio do conservadorismo, em sua essência, na contabilidade das companhias brasileiras, por ser este ponto relevante para o mercado de capitais. Para tanto, testa-se, neste estudo, o indicador *Market to Book*, onde se verifica se o valor livro por ação é menor do que o valor de mercado. Os dados, para análise, foram coletados do Banco de Dados Econômica, focando as empresas do ramo de siderurgia e metalurgia, no período de 1998 a 2001. Este estudo suporta a hipótese de que essas empresas não praticam o conservadorismo, portanto, apresentando o valor de livro por ação maior do que o valor de mercado. Uma explicação seria que as normas contábeis brasileiras permitem a reavaliação de ativos e o diferimento de despesas. No entanto, verifica-se que, mesmo excluído os efeitos da reavaliação e do ativo diferido, essas empresas apresentam o valor de livro por ação superior ao valor de mercado.

### 1. Introdução

Atualmente no mercado de capitais, o valor econômico é de extrema importância no processo de avaliação de uma empresa, uma vez que é a partir deste que começa todo o estudo para chegar-se a uma melhor relação investimento/retorno para o investidor.

Conforme citado por Kothari (2001, p. 04) “acionistas, investidores e credores, têm um óbvio interesse no valor da empresa”. Porém, o valor econômico de uma empresa, por sua vez, é influenciado por diversos fatores. Neste estudo um dos fatores a ser abordado é o princípio do conservadorismo.

Tome-se o princípio do conservadorismo como colocado por Hendriksen & Breda (1999, p.175): “os contadores devem divulgar o menor dos vários valores para ativos e receitas e o maior dos vários valores possíveis para passivos e despesas, sendo as despesas reconhecidas mais cedo e receitas reconhecidas mais tarde”. Logo, o valor contábil será sempre inferior aos diversos valores alternativos.

Conforme citado por Lopes (2002: 42) “o conservadorismo é uma das características mais importantes do corpo de práticas e procedimentos da contabilidade e está presente nas estruturas contábeis do FASB, do IASB, ASB, no modelo brasileiro e em todas as orientações contábeis que se tem notícia”.

Lopes (2000, p. 42) acrescenta que

*o exato montante do conservadorismo e seu impacto no conteúdo informativo da contabilidade são áreas que ainda carecem de estudo. O valor de livro (book value) abaixo do valor de mercado é um excelente indicador de conservadorismo na contabilidade, já que o mercado normalmente atribui valor à empresa mais rapidamente do que o patrimônio pode incorporar às boas notícias.*

O valor de livro por ação consiste na relação entre o valor do patrimônio líquido contábil (PL) e o número de ações, e significa a fatia do patrimônio atribuível a cada ação da empresa. Já o valor de mercado por ação é a cotação da ação da empresa no mercado. A relação entre o valor de mercado e valor de livro (*Market to Book*), é encontrada por meio da divisão do valor da cotação de mercado da ação pelo valor de livro da ação.

Segundo Braga e Marques (2000, p.6), em condições normais

*o valor de mercado supera o patrimonial por diversos motivos: expectativas de bom desempenho futuro da empresa e/ou de seu setor; ativos subavaliados pela Contabilidade (imobilizado não reavaliado, goodwill não registrado); passivos superavaliados (excesso de provisões contingenciais); etc. Um índice de 1,30, por exemplo, significa que, por alguma razão, o mercado reflete expectativas favoráveis em relação à organização. Por outro lado, um valor de 0,7 expressa uma reação desfavorável quanto à sociedade, inclusive derivada de possíveis passivos subavaliados (por exemplo; provisões trabalhistas e fiscais e dívidas de arrendamento mercantil não contabilizadas ou adequadamente divulgadas no balanço) ou ativos superavaliados.*

Conforme citado, diversos fatores podem fazer com que o valor de livro por ação supere o valor de mercado, no entanto, esta pesquisa se limitará na busca de evidências empíricas da prática da reserva de reavaliação e do ativo diferido, nas empresas de siderurgia e metalurgia.

Diante do exposto, apresenta-se um questionamento: **Com a prática do conservadorismo, ou seja, expurgando os efeitos positivos dos ativos, reserva de reavaliação e o ativo diferido, o valor de livro das ações seria menor do que o valor de mercado?**

Portando, o objetivo deste artigo é buscar evidências empíricas da prática do princípio do conservadorismo, em sua essência, na contabilidade das companhias brasileiras, por ser este ponto relevante para o mercado de capitais.

Em resposta a questão apresentada, testa-se, neste estudo, o índice *Market to Book* onde se verifica se o valor de livro por ação é menor do que o valor de mercado, após a reclassificação das contas de reserva de reavaliação e do ativo diferido.

Com isto, espera-se contribuir para o debate em torno da reavaliação de ativos e o diferimento de despesas, como a variação cambial, pesquisa e desenvolvimento de produtos, etc.

Os dados, para análise, foram coletados do Banco de Dados Econômica, limitando-se às empresas do ramo de siderurgia e metalurgia no período de 1998 a 2001.

## **2. Estrutura Conceitual**

A principal função da contabilidade, segundo Iudícibus (2000, p. 20), é prover aos usuários informações úteis para tomada de decisões. Ele acrescenta que a contabilidade pode ser o principal sistema de informações da entidade.

Lopes (2002, p.7) complementa, ao mencionar que, “o mercado financeiro, de forma geral, é um dos maiores usuários da informação contábil por intermédio de analistas, corretoras, investidores institucionais e individuais, bancos e investimentos, etc”.

Diante disto, fica evidenciado o relevante papel que exerce a contabilidade no mercado de capitais, levando-se a buscar critérios que melhor enquadrem-se com a realidade do mercado.

Neste sentido, serão contextualizados a seguir alguns tópicos envolvidos no objetivo central deste trabalho: princípio do conservadorismo, registro pelo valor original, reavaliação de ativos e ativo diferido.

### **2.1. Princípio do Conservadorismo**

“Entre conjuntos alternativos de avaliação para o patrimônio, igualmente válidos, segundo os Princípios Fundamentais, a Contabilidade escolherá o que apresentar o menor valor atual para o ativo e o maior para as obrigações”. (2000, p. 62) FIPECAFI.

De acordo *International Accounting Standards Board* – IASB (2001, p. 51), o conservadorismo “consiste na inclusão de certa dose de cautela na formulação dos julgamentos necessários na elaboração de estimativas em certas condições de incertezas, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e passivos ou despesas não sejam subestimados”.

Contudo, a própria Fipecafi (2000, p. 62) assume que o conceito do princípio do conservadorismo pode trazer interpretações variadas, ao mencionar que esse entendimento

*não deve ser confundido nem desvirtuado com os efeitos da manipulação de resultados contábeis, mas encarado à luz da vocação de resguardo, cuidado e neutralidade que a Contabilidade precisa ter, mormente perante os excessos de entusiasmo e de valorizações por parte da administração e dos proprietários da entidade. Não nos esqueçamos de que, principalmente no caso das companhias abertas, sua principal obrigação é perante o mercado e os investidores.*

Mesmo que as empresas disponham-se a abrir cada vez mais seu capital, somente irão investir nessas companhias se elas apresentarem-se capazes de propiciar, em sentido de avaliação, retornos compensadores sobre outras aplicações.

Por isso, os modelos contábeis e de evidenciação exercem um papel importante no fortalecimento do mercado de ações. Demonstrações contábeis, levantadas segundo os parâmetros da relevância e evidenciação, com a máxima objetividade e consistência, bem como clareza, contribuem positivamente para o fortalecimento e a expansão das empresas.

Segundo Hendriksen & Breda (1999, p. 106)

*o conservadorismo é, na melhor das hipóteses, um método muito pobre para lidar com a existência de incerteza na avaliação de ativos e passivos e na mensuração de lucro. Pode levar a uma distorção completa dos dados contábeis. O principal risco é o de que, como o conservadorismo é um método muito grosseiro, seus efeitos são caprichosos.*

Entretanto, é sabido da inexistência de um outro método que possa substituir o conservadorismo, sendo este ainda instrumento de utilização das companhias. Deste modo, os registros contábeis, para atender a lei das sociedades anônimas, deveriam estar produzindo balanços conservadores.

Entre os métodos conservadores mais utilizados na contabilidade, estão: a regra do custo ou mercado dos dois o menor para os estoques e o reconhecimento de perdas contingentes. A prática destes dois métodos faz com que as demonstrações contábeis possuam valores inferiores aos de mercado.

## **2.2. Registro pelo Valor Original**

O custo original/histórico é definido segundo Hendriksen & Breda (1999, p. 306) “pelo preço agregado pago pela empresa para adquirir a propriedade e o uso de um ativo, incluindo todos os pagamentos necessários para colocar o ativo no local e nas condições que permitam prestar serviços na produção ou em outras atividades da empresa”.

Segundo IASB (2001, p. 63) “os ativos são contabilizados pelos valores pagos, em dinheiro ou equivalentes a dinheiro ou pelo valor justo para adquiri-los, do que é entregue na época da aquisição”.

A premissa subjacente ao custo original é que o preço acordado entre o comprador e o vendedor seja a melhor expressão de valor econômico do ativo, no ato da transação. Logo, o custo original é, na melhor das hipóteses, um valor mínimo.

No âmbito do mercado de capitais e na sociedade como um todo, o custo original, como base de valor, é do mais alto interesse, por resultar na unificação de metodologia de avaliação, fator essencial na comparabilidade dos dados contábeis e na qualidade da informação gerada, impossibilitando critérios alternativos de avaliação.

De acordo com o IASB (2001, p. 568),

*na maioria dos países, as demonstrações contábeis básicas são preparados na base do custo histórico, sem levar em consideração as mudanças no nível geral dos preços ou os aumentos nos preços específicos dos ativos das entidades, exceto na extensão em que o ativo imobilizado e os investimentos possam ser reavaliados (grifo nosso).*

Em resumo, o custo original com base de valor é, conseqüentemente, mais um dos critérios da contabilidade que evidencia o valor da contabilidade inferior ao valor de mercado. Porém, como grifado na citação acima, a reavaliação dos ativos faz com que este critério seja desvirtuado.

### 2.3. Reavaliação de Ativos

Conforme citado pela Fipecafi (2000, p. 279) “a Lei 6.404/76 introduziu a possibilidade de avaliarem-se os ativos de uma companhia por seu valor de mercado, chamando isso de Reavaliação”. Na reavaliação, abandona-se o custo original como base de valor e registra-se o bem na contabilidade pelo seu valor de mercado.

A Lei das Sociedades por Ações<sup>1</sup> menciona que a Reavaliação pode ser feita para os “elementos do ativo”. Porém, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em sua Deliberação nº 193/95<sup>2</sup>, restringe a reavaliação basicamente aos bens do ativo permanente e desde que não esteja prevista sua descontinuidade. Isso se deve ao fato de ser esse grupo o que mais tende a sofrer grandes defasagens entre seus valores de custo e de mercado.

É de notar que reavaliar significa avaliar de novo, o que implica a deliberação de abandonar os valores antigos.

Segundo a Fipecafi (2000, p. 280)

*O uso da Reavaliação altera drasticamente o conceito tradicional de lucro, pois, depreciar o valor reavaliado faz com que o resultado passe a ficar mais próximo da idéia de contraposição entre receita e o investimento a ser feito para repor o ativo consumido. Trata-se de uma alteração do conceito tradicional de lucro e de uma mudança dos princípios fundamentais de contabilidade (por isso, muitos países, como os Estados Unidos, não admitem as Reavaliações).*

O anteprojeto da Lei 6.404/76 prevê a obrigatoriedade da prática da reavaliação somente para casos em que houver cisão, incorporação ou fusão de empresas constituídas sob a forma de sociedades por Ações. Em outras situações, a Reavaliação estará proibida, voltando a ser utilizado o custo histórico para a valorização dos Ativos.

Conforme citado por Rodrigues (2002, p. 02) o custo histórico “possui menor poder informativo” do que a reavaliação de ativos. Porém, em contraposição a ele Iudícibus (2000, p. 55) menciona que, “a contabilidade baseada em custos históricos e em todos os demais princípios é muito mais sofisticada, do ponto de vista do relacionamento entidade-mundo exterior do que pode parecer à primeira vista”.

A Fipecafi (2000, p. 280), ainda acrescenta que:

*muitas empresas têm feito uso de Reavaliação para reduzir, deliberadamente, distribuição de dividendos, mesmo quando de imobilizados que não serão repostos. Outras empresas têm adotado a reavaliação quando sentem que seu patrimônio líquido está abaixo e os índices de debt equity são comprometedores, em face da simples análise, ou por exigências de empréstimos etc. [...] A reavaliação, de tão bons propósitos, acaba por se transformar, no Brasil, em procedimento que mais tem trazido dificuldade para os leitores externos do que utilidade; e seu mau uso, às vezes, tem feito com que boa parte da comunidade contábil esteja hoje questionando a manutenção da Reavaliação.*

Por conseguinte, para o estudo em questão, tal reavaliação deverá ser expurgada das demonstrações contábeis mostrando a realidade dos registros, custo pelo valor original.

#### **2.4. Ativo Diferido**

O item V do art. 179 da Lei das Sociedades por Ações define que, no Ativo Diferido, serão classificadas

*as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.*

Conforme a Fipecafi (2000, p. 199) “os Ativos diferidos caracterizam-se por serem ativos intangíveis, que serão amortizados por apropriação às despesas operacionais, no período de tempo em que estiverem contribuindo para a formação do resultado da empresa”.

No entanto, com a mudança na política cambial do Brasil resultando em uma desvalorização do Real em relação às moedas estrangeiras, a CVM, em sua Deliberação nº 294/99<sup>3</sup> determinou que o registro da,

*variação cambial, decorrente de financiamento de bens integrantes do ativo imobilizado em construção ou de estoques de longa maturação em produção, deve ser registrada em conta destacada, que evidencie a sua natureza, e classificada no mesmo grupo do ativo que lhes deu origem, em consonância com o disposto na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, até o limite do valor de mercado ou de recuperação desses ativos, dos dois o menor.*

Essa mesma Deliberação nº 294/99 facultou às companhias abertas – excepcionalmente em relação à variação nas taxas de câmbio ocorrida no trimestre findo em 31-3-99 – registrar no ativo diferido a variação cambial líquida negativa que exceder a esses limites estipulados.

Entretanto, conforme colocado pela Fipecafi (2000, p. 202) “tal procedimento não tem sustentação na boa técnica contábil”, ou seja, entra em desacordo com os Princípios

Fundamentais da Contabilidade, que requerem que essas despesas sejam tratadas como despesas daqueles exercícios.

O IASC (2002, p. 903) complementa que,

*não é possível avaliar com confiança o valor passível de recuperação de um ativo intangível gerado internamente, a menos que seu valor justo possa ser apurado tomando por referência um mercado ativo; assim, o reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente, para o qual não existe mercado ativo a um valor que não zero, pode ser enganoso para os investidores.*

Desta forma, o ativo diferido será mais um dos itens a ser tratado no Balanço das empresas em análise, visto que, em alguns casos, o diferimento das despesas pode ocasionar distorções significativas nas demonstrações contábeis, podendo, com isto, mascarar o valor de livro por ação.

Sendo o valor de livro por ação o objeto de estudo deste artigo, será feita também a reclassificação das contas do ativo diferido.

### 3. Hipótese

Com o intuito de verificar se as empresas brasileiras utilizam-se das regras do princípio do conservadorismo, que é de fornecer informações mais prudentes aos investidores e aos demais usuários das informações contábeis, ou aproveitam-se da Lei 6.404/76 que também permite a reavaliação de ativos e diferimento de despesas, foi testada a seguinte hipótese:

**H<sub>0</sub>:** Na média, o valor de livro das empresas do setor de metalurgia e siderurgia listadas na Bovespa, após as reclassificações das contas de reavaliação e do ativo diferido, é menor do que o valor de mercado por ação, ou seja, o indicador *Market to Book* superior a um.

Caso a hipótese (H<sub>0</sub>) não seja rejeitada, pode-se pressupor que as empresas praticam o princípio do conservadorismo, apesar de fazer a reserva de reavaliação e diferimento de suas despesas. Porém, se hipótese for rejeitada, fica evidenciado que as empresas não praticam o conservadorismo, e sim, utilizam-se de alternativas da Lei 6.404/76 para apresentarem demonstrações mais atrativas no mercado de capitais. Logo, deixando evidente a necessidade de buscarem-se mudanças nas normas de contabilidade, uma vez que a teoria não está acompanhando a prática ou vice-versa.

### 4. Tratamento Contábil das Informações

Os dados, para análise, foram coletados do Banco de Dados Econômica, a partir de demonstrativos contábeis e de mercado de todas as empresas brasileiras do ramo de siderurgia e metalurgia, cotadas na Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, que possuíam informações no período de 1998 a 2001.

O objetivo desta pesquisa é buscar evidências empíricas da prática do princípio do conservadorismo nas empresas. Para tanto, eliminaram-se os efeitos positivos do balanço: reavaliação de ativos e o ativo diferido.

Para análise dos dados, utiliza-se o índice *Market to Book* antes da reclassificação do balanço, e o *Market to Book* após as reclassificações, ou seja, depois de eliminar os efeitos da reavaliação de ativos e o diferimento das despesas. O indicador foi calculado para todas as empresas, do setor em estudo, que possuíam uma situação patrimonial positiva no período analisado, perfazendo-se uma amostra de 23 empresas.

Foram extraídos da econômica os balanços patrimoniais, valor total de mercado e o total de quantidade de ações. A partir destes, foram calculados os índices de valor de livro e valor de

mercado por ação para então se chegar ao indicador *Market to Book*, antes das reclassificações dos balanços. Em seguida, foram realizadas as reclassificações das contas:

- A reserva de reavaliação (patrimônio líquido), foi lançada contra o ativo imobilizado;
- O ativo diferido foi lançado contra a conta de lucros acumulados (patrimônio líquido).

**Tabela 1** – Índice *Market to Book* antes e depois das reclassificações dos Balanços

<b>Empresas</b>	<b>1998</b>		<b>1999</b>		<b>2000</b>		<b>2001</b>	
	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>
<b>Siderur &amp; Metalur</b>								
Paranapanema	0,4382	0,5174	1,9545	2,1540	2,3611	2,6510	2,8474	4,0581
Latasa	0,6127	0,6679	0,4487	0,7477	0,7775	1,1019	1,2403	1,5291
Sid Nacional	0,4211	0,5966	0,8325	1,6614	0,7178	1,3751	0,5081	1,4327
Cosipa	0,1378	0,1378	0,2035	0,2142	0,1963	0,2064	1,2375	1,2375
Paraibuna	0,5953	1,0174	0,7051	0,8773	0,8495	0,9496	0,8453	1,1560
Acesita	0,2608	0,2608	0,5829	1,0827	0,6011	0,9784	0,4466	1,0759
Gerdaui	0,2818	0,2818	1,3202	1,3202	0,8201	0,8201	0,8597	0,8597
Metisa	0,3562	0,3562	0,7044	0,7044	0,5967	0,5967	0,7572	0,7572
Confab	0,3724	0,4019	0,6164	0,6587	0,4232	0,4521	0,6808	0,7189
Belgo Mineira	0,1626	0,1872	0,5194	0,6151	0,4682	0,5110	0,4945	0,5330
Gerdaui Met	0,2346	0,2350	0,9073	0,9083	0,5867	0,5870	0,5001	0,5001
Usiminas	0,1872	0,1886	0,6576	0,6602	0,5661	0,5676	0,4347	0,4347
Forjas Taurus	0,1818	0,1893	0,3732	0,4020	0,2393	0,2537	0,4117	0,4222
Tekno	0,3912	0,3912	0,2975	0,2975	0,3843	0,3843	0,3937	0,3937
Sid Tubarao	0,0832	0,0832	0,4028	0,5452	0,2854	0,3765	0,2977	0,3862
Met Duque	0,6098	0,6098	0,4038	0,4038	0,5034	0,5034	0,3642	0,3642
Ferbasa	0,1055	0,1126	0,4399	0,4399	0,3885	0,3885	0,3588	0,3588
Micheletto	0,2275	0,2275	0,3713	0,3713	0,4385	0,4385	0,3253	0,3253
CBC Cartucho	0,0895	0,0922	0,1307	0,1344	0,1446	0,1451	0,2203	0,2207
Fibam	0,2646	0,3163	0,3063	0,3645	0,2466	0,2912	0,1825	0,2139
Mangels	0,1140	0,1301	0,2187	0,3690	0,1586	0,2604	0,1132	0,1807
Hercules	0,0974	0,0974	0,0885	0,0885	0,1811	0,1811	0,1171	0,1171
Sam Industr	0,0151	0,0152	0,0171	0,0173	0,0165	0,0165	0,0133	0,0133
<b>Média</b>	<b>0,2713</b>	<b>0,3093</b>	<b>0,5436</b>	<b>0,6538</b>	<b>0,5196</b>	<b>0,6103</b>	<b>0,5935</b>	<b>0,7517</b>

**Nota:** as empresas foram classificadas em ordem decrescente em relação ao índice *Market to Book*, tomando como base o período de 2001.

Os resultados obtidos, conforme mostrados na Tabela 1, evidenciam que as empresas, na sua quase totalidade, não são prudentes quanto às informações contábeis, tendo o valor de livro maior do que o valor de mercado por ação, ou seja, o índice *Market to Book* inferior a 1 (um).

Verifica-se, neste trabalho, que apesar da reclassificação das contas, o indicador *Market to Book*, na média, apresentou um resultado ainda inferior a um (1), ou seja, o mercado está disposto a pagar menos de um real em valor de livro por ação.

Esta evidência indica que, nas empresas do setor de siderurgia e metalurgia, não é a reavaliação e o ativo diferido que faz com que o valor de livro fique superior ao valor de mercado por ação.

Também é interessante identificar se a reavaliação e o diferimento das despesas influenciaram, significativamente, nas médias do indicador *Market to Book*, em complemento aos testes estatísticos apresentados.

Para resposta desta questão, aplica-se neste trabalho o teste F ANOVA fator único para verificar a existência ou não das diferenças entre as médias no ano, conforme demonstrado na Tabela 2.

**Tabela 2** – Teste F ANOVA: Fator único para diferenças nas médias aritméticas

**Ano - 1998**

<i>Fonte da variação</i>	<i>SQ</i>	<i>gl</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>valor-P</i>	<i>F crítico</i>
Entre grupos	0,0166	1	0,0166	0,3766	0,5426	4,0617
Dentro dos grupos	1,9358	44	0,0440			
Total	1,9524	45				

**Ano - 1999**

<i>Fonte da variação</i>	<i>SQ</i>	<i>gl</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>valor-P</i>	<i>F crítico</i>
Entre grupos	0,1397	1	0,1397	0,6300	0,4316	4,0617
Dentro dos grupos	9,7571	44	0,2218			
Total	9,8968	45				

**Ano - 2000**

<i>Fonte da variação</i>	<i>SQ</i>	<i>gl</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>valor-P</i>	<i>F crítico</i>
Entre grupos	0,0945	1	0,0945	0,3614	0,5508	4,0617
Dentro dos grupos	11,5073	44	0,2615			
Total	11,6018	45				

**Ano - 2001**

<i>Fonte da variação</i>	<i>SQ</i>	<i>gl</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>valor-P</i>	<i>F crítico</i>
Entre grupos	0,2879	1	0,2879	0,5500	0,4622	4,0617
Dentro dos grupos	23,0284	44	0,5234			
Total	23,3162	45				

Para esses dados, a estatística do teste F, igual a 0,3766, 0,6300, 0,3614 e 0,5500, para os anos de 1998, 1999, 2000 e 2001 respectivamente, apresentou valores inferiores aos valores críticos de F de 4,0617 para todos os anos, de modo de que a hipótese de diferenças entre as médias pode ser rejeitada. Como alternativa, a hipótese da diferença entre as médias pode ser rejeitada, uma vez que o *valor-p* de todos os anos é superior ao nível de significância de 0,05, utilizado no teste, caindo, portanto, na região de não rejeição.

Logo, pode-se dizer que a reserva de reavaliação e o diferimento de despesas também não fizeram com que o índice *Market to Book* apresentasse significativa diferença dentre os anos.



## 5. Conclusão

Os resultados obtidos, nas duas análises, demonstram o quão importante é a padronização destas regras na contabilidade, pois, partindo-se destas é que se obtêm informações relevantes para o mercado, visto que, a principal função da contabilidade é prover os usuários de informações úteis para tomada de decisões.

Diante dos resultados, **rejeita-se a hipótese nula ( $H_0$ )** de que na média o valor de livro seja menor do que o valor de mercado por ação, das empresas do setor de metalurgia e siderurgia, listadas na Bovespa, após as reclassificações das contas de reavaliação e do ativo diferido.

Como evidenciado na resolução do CFC nº785/95 “as informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece”. Porém, foi evidenciado que a contabilidade está muito aquém do que se pretende, que é fornecer informação útil para tomada de decisão.

Apesar da rejeição da hipótese nula ( $H_0$ ), valor de livro das ações menor do que o valor de mercado, ainda faz-se necessário um número maior de testes, incluindo outros setores da economia e outras variáveis de pesquisa, para que se possa chegar a uma maior evidência quanto à aplicação do princípio do conservadorismo na contabilidade das empresas brasileiras. Entretanto, verifica-se o mau uso de tal princípio, indicando a necessidade de se buscar mudanças. O ideal seria uma padronização internacional das regras contábeis.

## Bibliografia

AGUIAR, Andson Braga. Objetivos da Contabilidade: uma reflexão. **2º seminário USP de contabilidade**. 1 a 2 de outubro de 2002.

BALL, R. J. And BROWN, W. *An empirical evaluation of accounting income numbers*. *Journal of Accounting Research*, Vol. 6, Autumn 1968.

BANZ, R. *The relationship between return and market value of common stocks*. *Journal of Financial Economics*, v.9, 1981.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Medidas de Avaliação de Empresas: uma evidência de suas relevâncias no caso da companhia Paranaense de Energia-COPEL. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 07, nº 4, outubro/dezembro: 2000. Disponível em: [www.ead.fea.usp.br](http://www.ead.fea.usp.br) . Capturado em: 13 abr. 2003.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Disponível em: <http://www.cvm.com.br>. Capturado em: 05 abr. 2003.

BRIGHAM, F. Eugene; GAPENSKI, C. Louis; EHRHARDT, C. Michael. **Administração Financeira – Teoria e Prática**. Tradução de Alexandre Loureiro Guimarães Alcântara e José Nicolas Albuja Salazar. Tradução autorizada da 9ª edição em língua inglesa, São Paulo: Atlas, 2001.

COSTA, Alessandra Cristina de Oliveira; TEIXEIRA, Aridelmo José Campanharo; NOSSA, Valcemiro. **Conservadorismo, Accruals e Qualidade dos Lucros Contábeis**. ENANPAD, Salvador, 2002.

FAMA, E.F.; FRENCH, K.R. *Size and Book-to-Market factors in Earnings and Returns*. *The Journal of Finance*, v.50, n. 1, 1995.

FASB – Financial Accounting Statements Board. **Accounting Standards – Statements of Financial Accounting Concepts**. Illinois: FASB, ed. 1989/90.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na Era da Globalização**. Temas discutidos no XV congresso mundial de contadores em Paris, 26 a 29/10/1997. São Paulo: Atlas, 1999.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. FIPECAFI. Sérgio Iudícibus, Eliseu Martins e Ernesto Rubens Gelbcke. ed. 5, São Paulo: Atlas, 2000.

HENDRICKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. ed. 5, São Paulo: Atlas, 1999.

*Interntional Accounting Standards Comitee – IASC. Normas Internacionais de Contabilidade 2001*: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. São Paulo: IBRACON, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. ed. 6, São Paulo: Atlas: 2000.

KIM, Dongcheol. *A Reexamination of Firm Size, Book-To-Market, and Earnings Price in the Cross-Section of Expected Stock Returns*. **The Journal of Financial and Quantitative Analysis**, Volume 32, Issue 4 (Dec., 1997), 463-489.

KOTHARI, S. P.. **Capital Markets Research in Accounting**. Jan.2001. Disponível em: <http://web.mit.edu/kothari/www> . Capturado em: 11 abr. 2003.

Lei das Sociedades por ações 6.404 de 1976.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LOPES, Alexsandro Broedel. **A Informação Contábil e o Mercado de Capitais**. ed. 1, São Paulo: Thomson, 2002.

MARTINS, G. A., LINTZ, A.. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

RYAN, Stephen G.. *A model of Accruals Measurement with Implications for the Evolution of the Book-to-Market Ratio*. **Journal of Accounting Research**, Volume 33, Issue I (Spring, 1995), 95-112.

Revista IOB. **Temática Contábil**. Artigo de Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante. **Afinal, o que é esse tal de “valor econômico”?**. Boletim de Nº 07, 2002.

Revista IOB. **Temática Contábil**. Contabilidade Geral. **Reavaliação de Ativos Próprios – Contabilização**. Boletim de Nº 36, 2002.

RODRIGUES, Manuel Salgueiro Júnior. **Reavaliação de Ativos e sua Proibição pelo Anteprojeto da Lei 6.404/76. 2º seminário USP de contabilidade**. 1 a 2 de outubro de 2002.

<sup>1</sup> § 3º do art. 182 e letra c do art. 176.

<sup>2</sup> Deliberação nº 183, de 19.06.1995, aprova Pronunciamento do IBRACON sobre Reavaliação de Ativos (publicada no DOU de 22.06.95 - pg. 9157/58 - Seção I).

<sup>3</sup> Deliberação nº 294, de 26.03.1999, dispõe sobre o tratamento contábil dos ajustes de ativos e passivos em moeda estrangeira (publicada no DOU de 30.03.99 - pg. 205 - Seção I).